

DISCURSO DE DESPEDIDA DA PRESIDÊNCIA DO TRT-3.

Fazer a saudação dos componentes da mesa de honra.

No começo de minha fala gostaria de agradecer a presença de tão seletivo auditório, composto de familiares dos desembargadores empossandos, de juizes titulares de Vara do Trabalho, juizes substitutos, advogados, servidores e autoridades.

Minha primeira reflexão neste momento sublime é de como o tempo corre inexoravelmente.

Como enfatiza o refrão de certa poesia popular : " o tempo não pára no porto, não apita na curva, não espera ninguém".

E assim é.

Parece que ontem mesmo estava eu tomando posse , juntamente com os demais desembargadores eleitos, para assumirmos a administração deste Egrégio Sodalício.

E dois anos praticamente já se escoaram desde então, porque já estamos há poucos dias do encerramento do mandato.

Releva, porém, ser salientado que a data de hoje revela-se bastante auspiciosa porque nela foi agendada a cerimônia de posse dos novos dirigentes desta Corte de Justiça, momento festivo que assegura a sempre desejada alternância democrática dos mandatos públicos.

A nossa administração se despede em dezembro de 2017, sendo que a partir da meia noite de 31.12.17, ao pipocar dos fogos de artifícios comemorativos da chegada de um novo ano, a

nova administração deste Egrégio TRT-3 entra em exercício de seus respectivos mandatos.

Conforme eleição realizada no mês de outubro de 2017, o Egrégio Tribunal Pleno elegeu os novos membros diretivos. Assim, tomam posse na cerimônia de hoje, como Presidente, o desembargador Marcus Moura Ferreira; como 1o Vice-Presidente, o desembargador Márcio Flávio Salem Vidigal; como 2a. Vice-Presidente, a desembargadora Lucilde D'Ajuda Lyra de Almeida; como Corregedor, o desembargador Rogério Valle Ferreira e como Vice-Corregedor o desembargador Fernando Gonçalves Rios Neto.

A escolha não poderia ter sido mais feliz.

Todos os desembargadores eleitos ostentam uma longa e notável folha de serviços prestados à nobre causa da Justiça do Trabalho de Minas Gerais.

Todos são desembargadores que sempre cumpriram sua missão judicante com extremo zelo e dedicação, a par de serem probos, íntegros, eruditos e verdadeiramente vocacionados para exercerem os cargos que aspiram, razão pela qual tenho a mais plena certeza de que a próxima administração será brilhante e coroada de lídimas realizações.

O Tribunal está assim entregue em ótimas mãos.

Desviando um pouco o objeto de minha fala, é com profunda tristeza que temos que admitir que realmente vivemos tempos difíceis, obscuros, de odiosa recessão econômica cuja face mais cruel estampa-se no alijamento do mercado de

trabalho formal de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros.

De acordo com as últimas divulgações dos órgãos de pesquisa, o Brasil ostenta hoje cerca de 12 (doze) milhões de desempregados, ou seja 12 milhões de trabalhadores que tiveram baixa em sua CTPS e não lograram obter novo emprego.

Some-se a este quadro mais 12 ou 14 milhões de trabalhadores que sempre pertenceram ao mercado informal , o que soma o índice alarmante de 24 milhões de trabalhadores privados de condições de uma vida digna e decente.

Não bastasse a recessão econômica temos igualmente um cenário de estrangulamento orçamentário para todos os setores da Administração Pública brasileira que atinge de forma mais cruel o Poder Judiciário do Trabalho.

O orçamento destinado à Justiça do Trabalho não dá para atender com eficiência o seu planejamento estratégico.

Há uma política de contenção de gastos públicos que alcança com grande perversidade a situação da Justiça do Trabalho no Brasil, pois impõe paulatinamente o asfixiamento de suas nobres funções, seja pela impossibilidade de se proceder à nomeação de juizes e de servidores públicos, a não ser em regime de conta-gota, o que faz aumentar a cada dia o nosso elevado número de carência de servidores para atendermos nossas necessidades básicas ligadas tanto à atividade fim quanto à atividade meio da Justiça do Trabalho.

E o que é mais cruel, mesmo para os servidores aposentados não há garantia de imediata nomeação de

servidores concursados para suprir-lhes as vagas, situação que, a não ser corrigida com premência, levará à inviabilidade o funcionamento de vários setores do tribunal, asfixando-o aos poucos, podendo a seguir tal toada colocar-se em risco sua própria existência.

Se a presente recessão econômica justifica a contenção de gastos e impede-nos de ampliar cada vez mais a estrutura da Justiça do Trabalho, que pelo menos nos seja permitido preservar a sua estrutura atual, sem inchaço.

Mas para isto é necessário que possamos com premência ocupar nossos cargos vagos de juizes e servidores, para que possamos garantir aos jurisdicionados o cumprimento de nossa mais nobre meta estratégica que consiste na prestação de uma tutela jurisdicional célere, efetiva e prontamente satisfativa da pretensão de direito material levada a Juízo.

Em que pese tudo isso, temos igualmente a sagrada missão de através do aperfeiçoamento contínuo de nossos serviços sermos reconhecidos pela sociedade que nos custeia.

Mesmo diante de tamanhos sacrifícios, carência progressiva e não suprida de pessoal, contingenciamento orçamentário aleivosamente progressivo (ou seja, a tendência nos próximos anos é de um orçamento enxuto, lastreado no porte orçamentário do ano anterior, ao qual se acresce apenas o índice da inflação, acenando-se, todavia, que em 2.020 seremos novamente lançados em um cenário extremamente dificultoso, porque o orçamento vai basear-se no porte orçamentário de 2016 (o mais negro da história) com o acréscimo apenas do

índice inflacionário, sem podermos mais contar com a ajuda extraordinária do Poder Executivo. (0,25% de reserva potencial).

Mas uma coisa é certa.

Mesmo diante de quadro tão sombrio, a Justiça do Trabalho através do esforço ingente e formidável de seus magistrados e servidores vem com galhardia mantendo a contento o excelente cumprimento de suas metas estratégicas.

Seria muito fácil justificar-me defendendo a tese de que não fosse o trágico corte orçamentário que nos foi imposto em 2016 muita coisa poderia eu ter feito em prol deste Regional.

Mas, a bem da verdade, nossa coragem e determinação não são aquilatadas pelo que deixamos de realizar em face de adversidades inesperadas e sim pelo espírito altaneiro e cívico como vencemos esses desafios da administração pública.

Muito embora este não seja o momento adequado para prestarmos conta de nossa gestão, isto porque precisaríamos levantar grande número de dados estatísticos constantes dos relatórios de gestão 2016/2017 e ainda porque isso tomaria um tempo enorme, além de cansar desnecessariamente o seletor auditorio, ainda assim tomamos a liberdade de deixar evidência os avanços e conquistas de nossa gestão, de forma bem resumida.

Conforme os resultados da correição realizada no TRT-MG em 2016 pelo Exmo. Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, Renato de Lacerda Paiva, o nosso Regional, mesmo em tempos de crise e de contingenciamento, se destacou

nacionalmente em vários aspectos, tendo obtido, naquele exercício, o menor prazo médio de tramitação no 2o Grau, seja considerando o período compreendido entre a autuação e a baixa do processo, seja no que pertine ao lapso temporal entre a distribuição do feito e a sua devolução pelo relator.

No primeiro grau, o nosso TRT também obteve, dentre os 24 Regionais, o melhor resultado no tempo entre a conclusão e a prolação da sentença, além de ter tido o menor prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença, e o segundo menor prazo médio do país, se considerado o tempo transcorrido entre o ajuizamento da ação e a realização da primeira audiência.

Naquela ocasião foi dito pelo Ministro Corregedor Geral que mesmo diante de tanta escassez orçamentária, o ingente esforço de nossos juizes e servidores colocou nosso Tribunal em destaque no cenário nacional, juntamente com o da 15a. Região.

O Ministro Corregedor deu destaque positivo ao interesse institucional do TRT-MG em solucionar processos por meios consensuais, citando a criação das Centrais de conciliação e do Núcleo em Conciliação, a conciliação em recursos de revista e o engajamento vitorioso nas campanhas do CNJ e do CSJT, seja visando conciliações e execuções ou mesmo a capacitação de servidores para atuarem como conciliadores e mediadores.

Também os dados obtidos pelo sistema e-Gestão - ferramenta que reúne estatísticas de toda a Justiça do Trabalho - e divulgados no início de março de 2017 pela Seção de Estatística do TRT-MG mostram o bom desempenho de nosso Regional que no ano da aleivosa crise orçamentária, em 2.016, recebeu

279.652 processos na primeira instância, sendo 191.718 nas Varas do Trabalho do interior do estado e 87.934 nas da capital. Em comparação com o número de novas ações, 272.330 foram solucionadas 187.460 no interior e 84.870 na capital, ou seja, conseguimos solucionar 97,38% dos processos recebidos em 2016.

A eficiência da Terceira Região foi destaque também no Justiça em Números, relatório divulgado pelo Conselho Nacional da Justiça, onde os bons resultados alcançados pelo TRT-3 continuam a distinguir o nosso Regional dentre os demais tribunais trabalhistas considerados de grande porte.

Justiça seja feita.

Estrondo sucesso só foi alcançado pela atuação dedicada e competente dos magistrados e servidores, bem como pelo compromisso firmado por esta Administração em melhorar a qualidade dos serviços institucionais.

Dentre outras inúmeras outras realizações, citamos a implantação do Projeto Superforo que tem o objetivo de reduzir os gargalos de produção das Varas do Trabalho; o prosseguimento do Processo Judicial Eletrônico, cada vez mais aperfeiçoado; a inauguração das sedes próprias dos Fóruns da Justiça do Trabalho de Montes Claros e Almenara; finalização das obras referentes à construção de sedes próprias em Poços de Caldas e Sete Lagoas e o início das obras referentes ao novo Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, em construção na região da Praça da Estação, no antigo complexo da Escola de Engenharia da UFMG, tratando de obra arquitetônica belíssima

que irá revitalizar toda uma região degradada no centro de Belo Horizonte.

Foi igualmente decisiva a atuação do Tribunal no sentido de instituir medidas voltadas para o aprimoramento das práticas de gestão (o Código de Ética Profissional dos Servidores do TRT-3; a construção da cadeia de valor; a implantação do projeto gestão de riscos; a aprovação da nova política de responsabilidade socioambiental; continuidade e apoio a todos os projetos e programas já existentes no âmbito do tribunal e a instituição da Política de Comunicação Social do TRT-3 e muitas outras atuações.

Estamos convictos de que a nova administração do TRT-3 que hoje se empossa saberá manter o nível de excelência de seus serviços, fazendo-o destacar-se cada vez mais no cenário nacional.

Reservo a parte final de minha fala para os necessários agradecimentos.

Agradeço de coração aos doutos desembargadores do Egrégio TRT-3 a enorme confiança que em mim foi depositada, quando na sessão plenária eleitoral do ano 2.015 fui ungido, por aclamação, ao cargo de Presidente deste Sodalício.

Foi um honra gerir este Tribunal do Trabalho neste último biênio, período no qual , como administrador e ordenador de despesas tive uma visão macroscópica desta Casa de Justiça, inteirando-me de todos os detalhes de seu funcionamento.

Foi crucial e decisiva a formidável colaboração de meus colegas de administração, Desembargadores Ricardo Antonio

Mohalem, na 1a. vice-presidência; Luiz Ronan Neves Koury, na 2a. Vice-Presidência; Fernando Antônio Viégas Peixoto, na Corregedoria e Cesar Machado Pereira Filho, na Vice-Corregedoria.

Em ambiente de recíproco respeito e urbanidade todos os grandes problemas que afloravam na administração desta Casa de Justiça foram devidamente compartilhados com os notáveis colegas de administração que não raras vezes trouxeram aporte intelectual que redundou na melhoria de nossa gestão.

Agradeço a excelente e profícua parceria que tivemos com a OAB-MG, condignamente representada pelo Dr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves; com o Ministério Público do Trabalho da 3a. Região, na pessoa da Procuradora-Chefe Adriana Augusta de Moura Souza; da AMATRA-3 na pessoa do Dr. Glauco Rodrigues Becho e com a AMAT-MG, na pessoa de Marco Antônio de Oliveira Freitas.

Nossos ideais sempre foram convergentes : facilitar a prestação de uma tutela jurisdicional célere e efetiva, sempre atento aos comandos imperativos da lei e da Constituição da República, tudo em uma ambiência salutar informada pelo elevado espírito de colaboração e camaradagem e auxílio mútuo.

Agradeço sensibilizado a valorosa colaboração que em nossa gestão foi prestada pelos juízes titulares de Varas do Trabalho, juízes substitutos e servidores concursados e terceirizados.

No meu discurso de posse deixei assente, aliás, que o ato de administrar um Tribunal não é uma missão que se empreende

solo, e sim uma missão cujos profícuos resultados só se alcançam com a efetiva participação de todos os membros da estrutura administrativa deste Tribunal, cada um no limite de suas forças mas todos alimentando a construção de um grande ideal : qual seja, a elevação do prestígio e do respeito que nosso Tribunal desfruta no cenário nacional.

Agradeço sensibilizado os relevantes serviços prestados pelos colaboradores diretamente relacionados com a Presidência do Tribunal, não mencionando nomes para não incorrer em risco de omissão.

Neste sentido meu agradecimento se estende igualmente a todos os gestores das unidades administrativas desta Casa que nas horas mais difíceis souberam encontrar o norte que fez preservar a serenidade, o acerto e a eficiência de nossas decisões administrativas.

E por derradeiro agradeço minha família, minha esposa Helen, meus filhos Erick, Igor e Nádia, minhas noras Flávia e Elaine e a meus netos Gael e Henrique que tornaram, pelo carinho e atenção diária, muito mais suave minha caminhada.

E por fim agradeço a Deus por ter me concedido saúde, determinação e muita perseverança, bens preciosos sem os quais não poderia ter alcançado o fiel desempenho de meu mandato de Presidente deste Tribunal.

E finalizo.

Meu mandato está prestes a encerrar-se, eis que ultima-se no dia 31.12.17 próximo, mas gostaria de salientar que muito embora seja efêmero e fugaz o nosso tempo à frente da gestão

desta Casa, os resultados, as experiências e as emoções que daí extraímos são perenes, imorredouras, porque a participação do dia a dia de sua existência tornou muito mais forte o elo que nos une a este Tribunal, levando-nos assim a amá-lo cada vez mais e sobretudo a preservar a excelência de sua qualidade.

Muito obrigado.

